



Universidade de Brasília

Ministério da Educação

Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares

Centro de Formação Continuada de Professores

Secretaria de Educação do Distrito Federal

Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação

Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica

**IMPLANTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO NA
ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ESCOLAR: realização
educacional ou obrigação burocrática?**

Luciana Silva Gomes

Orientadora Profa. Dra Rosana César de Arruda Fernandes

Tutor- orientador: Professor Ms. Evanilson Araújo Santos

Brasília-DF, 19 Dezembro de 2015

Luciana Silva Gomes

**IMPLANTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO NA
ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ESCOLAR: realização
educacional ou obrigação burocrática?**

Monografia apresentada para a banca examinadora do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica como exigência parcial para a obtenção do grau de Especialista em coordenação pedagógica sob orientação da Profa. Dra. Rosana César de Arruda Fernandes e do professor Ms. Evanilson Araújo Santos.

TERMO DE APROVAÇÃO

Luciana Silva Gomes

IMPLANTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO- PEDAGÓGICO NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ESCOLAR: realização educacional ou obrigação burocrática?

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Coordenação Pedagógica pela seguinte banca examinadora:

Profa. Dra. Rosana César de Arruda Fernandes FE/UnB
(Professora-orientadora)

Prof. Ms. Evanilson Araújo Santos – SEEDF
(Tutor-orientador)

Profa. Msa. Sônia Ferreira de Oliveira – SEEDF
(Examinadora externa)

Brasília, 19 de dezembro de 2015

As quatro pessoas que estiveram comigo dando o estímulo necessário para vencer mais uma etapa. Meus dois filhos Maria Paula e Pedro Paulo que são presença viva que me fortalece para enfrentar novos desafios, a minha amada mãe, exemplo de luta, coragem e esforço e em especial ao meu esposo Carlos que tanto contribuiu para finalização dessa monografia.

AGRADECIMENTOS

À Deus que me concedeu muita força para caminhar e não desistir.

Aos profissionais da escola pesquisada, que com muito carinho, permitiram a realização desse trabalho.

As amigas Ana Claudia e Marlúcia que souberam partilhar as mesmas alegrias e tristezas de elaborar um trabalho como este.

A professora Dra. Rosana César de Arruda Fernandes e ao Ms. Evanilson Araújo Santos que foram sinônimo de fé, confiança que com suas sugestões e estímulos mostrou-me o que é realmente a vontade de alcançar os objetivos.

“É pela ação do Projeto Político-Pedagógico que deverão ser formadas as personalidades dos alunos e fortalecido cada um dos membros da escola.”

Naura Syria Carapeto Ferreira

RESUMO

Esta monografia tem por objetivo identificar e analisar a implantação do Projeto Político Pedagógico na Organização do Trabalho escolar: realização educacional ou obrigação burocrática. O PPP tem sido uma das maiores preocupações no contexto escolar. Cabe, aqui, saber se é uma realização educacional ou obrigação burocrática. Este trabalho busca relatar que o PPP tem que ser construído coletivamente, envolvendo todos os segmentos da escola. Nesta pesquisa, buscou-se verificar se o PPP da escola assume seu verdadeiro papel ou se é mera exigência das instâncias superiores. Cabe ressaltar que o PPP é de suma importância para uma escola viva que valorize o desenvolvimento pleno do educando. Ao analisar os resultados, constatou-se que os professores, coordenadora e equipe diretiva apresentam muito conhecimento teórico sobre o PPP, mas a escola como um todo, ainda está caminhando em busca de um PPP enquanto realização educacional, prevalecendo na escola um PPP meramente burocrático. A metodologia adotada para a elaboração deste trabalho foi à pesquisa qualitativa, utilizando o método descritivo. O instrumento utilizado para a realização da pesquisa de campo foi o questionário e análise documental do PPP da escola. O estudo está assim estruturado: 1º capítulo falando sobre a metodologia adotada na pesquisa; no 2º capítulo relato as reflexões teóricas sobre Projeto Político Pedagógico, PPP Exigência ou realização Educacional e PPP e a qualidade. No 3º capítulo sigo para análise de dados da pesquisa e em seguida realizarei as considerações finais, fundamentada nos autores pesquisados.

Palavras-chave: Projeto Político-Pedagógico, Elemento Articulador , trabalho pedagógico

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1 METODOLOGIA	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO: Projeto Político-Pedagógico.....	13
2.1 Projeto Político-Pedagógico: Elemento Articulador da Organização do Trabalho Pedagógico	21
2.2 Projeto Político-Pedagógico: obrigação ou realização educacional?	25
3 ANÁLISE DOS RESULTADOS	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS.....	35
APÊNDICE 1	36

INTRODUÇÃO

Minha trajetória profissional na SEEDF iniciou em abril de 1992, onde trabalhei na Escola Classe Várzeas, situada na zona rural de Planaltina-DF. Permaneci nesta escola por 2 (dois) anos. Através de distribuição de carga horária fui devolvida à Regional de Ensino no ano de 1994, onde me lotaram na Escola Classe Aprodarmas da zona urbana de Planaltina-DF. Sofri muito, pois amava a minha primeira escola. Nesta escola permaneci por um ano, depois mediante remanejamento fui para Escola Classe 14, onde estou há 23 (vinte e três) anos. Me orgulho muito de fazer parte do corpo docente desta escola. Nesses longos anos muitos tem sido os desafios enfrentados, principalmente no tocante ao projeto político-pedagógico da Escola Classe 14.

Partindo do pressuposto de que o projeto político-pedagógico da escola, tem como objetivo central, pensar, discutir e organizar coletivamente, todo o trabalho da escola, de forma integrada e participativa, busca-se, então, desvelar a implantação do mesmo na Organização do Trabalho Escolar: uma realização educacional ou obrigação burocrática.

O projeto político-pedagógico é fundamental para todas escolas públicas. Sua prescrição, encontra-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que diz: “Os estabelecimentos de ensino respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica”. (LDBEN, nº9394/ 96 no art.12)

A escola é uma organização humana e esta dimensão é importante para compreender a qualidade da educação e da aprendizagem proporcionadas por ela. A escola de qualidade tem que garantir a meta qualitativa do desempenho de todos “[...] implica consciência crítica e capacidade de ação, saber e mudar” (DEMO, 1994, p.19).

Modificar a visão individualizada é proposta e condição necessária para efetivação do pedagógico da escola. Ao mesmo tempo, tal condição

parece só se efetivar com a construção e execução do próprio projeto, com a reflexão sobre o processo e a superação de contradições, conflitos e diferenças para que, em seu lugar, se instalem procedimentos cooperativos e solidários que tenham como ponto de chegada uma proposta definida e comprometida da escola. O projeto político-pedagógico pressupõe a organização do trabalho pedagógico, baseadas em ações definidas coletivamente, superando uma prática fragmentada, marcada por soluções individualizadas.

Entende-se ser fundamental a abordagem de assuntos relacionados à implantação do projeto político-pedagógico, ao buscar compreender os fatores que podem transformá-lo numa realização educacional ou apenas uma obrigação burocrática. A partir de tais condições, é possível buscar alternativas para que haja avanços na qualidade do processo ensino-aprendizagem.

O ensino de qualidade pode torna-se possível quando há na escola o desenvolvimento do projeto político-pedagógico, em que todos os segmentos integrantes desse processo de formação estejam participando e tornando-se co-responsáveis pelos resultados obtidos.

Considerando os elementos já apresentados até aqui, busca-se, portanto, compreender a seguinte questão: O Projeto Político-Pedagógico constitui-se como realização pedagógica ou mera obrigação burocrática?

Neste contexto existe um objetivo maior que é: Analisar o processo de implantação e desenvolvimento do Projeto Político-Pedagógico da Escola Classe 14 e dois pormenores que visam identificar como os princípios e diretrizes do PPP são utilizados no planejamento e execução de atividades de ensino-aprendizagem e analisar o PPP como instrumento de gestão.

1 METODOLOGIA

Esta pesquisa teve como processo metodológico a pesquisa qualitativa. É visto que o estudo qualitativo se dá numa situação natural, rico em dados descritivos, caracterizando a realidade de forma contextualizada e completa. Como cita Lüdke (1986, p.1): “Para se realizar uma pesquisa é preciso promover o confronto entre os dados, as evidências, as informações coletadas sobre determinado assunto e o conhecimento teórico acumulado a respeito dele”. São inúmeras as formas para chegar a uma pesquisa qualitativa, o tipo destinado a esta pesquisa será o de estudo de caso, caracterizado por Lüdke (1986) em três fases: - A primeira fase, chamada de exploratória, procurei conversar com os professores e com a coordenadora durante a coletiva da 4ª feira, informando-os sobre a pesquisa, descrevendo os objetivos e a metodologia da pesquisa. A delimitação do estudo é a segunda fase, que localiza elementos-chaves para passar a uma coleta de dados sistematizada de informações utilizando como instrumento o questionário, aplicado aos professores, a coordenadora e um integrante da equipe gestora da escola. Enfim a terceira fase é a análise dos resultados obtidos e a elaboração da análise dos dados.

Dentro da pesquisa qualitativa adota-se, nesse trabalho, como metodologia o Estudo de Caso que de acordo com Gil (2002) é visto como o meio de investigação de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real. O Estudo de Caso desenvolve-se em uma situação real sendo grandiosa fonte de dados descritivos que para esse autor segundo “[...] têm como finalidade principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 1999 *apud* OLIVEIRA, 2011, p.21). Dessa forma, permite ao pesquisador usar uma variedade de dados que sirvam como fonte de informação. Esses dados muitas vezes são coletados em diferentes momentos e com sujeitos distintos.

A pesquisa foi realizada em uma escola da zona urbana de Planaltina - DF. Devido à inserção da pesquisadora nessa Unidade de Ensino há 24 anos. Para dar início a pesquisa foi realizada uma reunião com a participação dos

professores que estavam em coordenação, da coordenadora e direção, onde foi explanado pela pesquisadora o objetivo da pesquisa e sua importância, bem como, pedir a colaboração quanto ao questionário que a ser respondido individualmente e devolvido a pesquisadora. Foram entregues os questionários a seis professores, um integrante da direção e uma coordenadora.

Depois de todo esse momento chega-se a uma etapa de suma importância que é a coleta de dados, pois é neste instante que o pesquisador vai, de fato, constatar nitidamente o que realmente se pretende na pesquisa. São várias as formas para se coletar os dados e a escolhida foi o questionário. Para Cervo & Berviam (2002 *apud* OLIVEIRA, 2011, p. 48), o questionário: “[...] refere-se a um meio de obter respostas às questões por uma fórmula que o próprio informante preenche”. Assim sendo, foi utilizado o questionário, onde constaram 15 perguntas.

Cabe, aqui, ressaltar que todos os professores que responderam ao questionário possuem especialização. A Escola Classe 14 atende alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental 1ª fase. Possui 22 turmas, divididas nos turnos: matutino e vespertino. Atualmente a escola atende cerca de 500 alunos.

A presente pesquisa deverá ocorrer na Escola Classe 14 de Planaltina-DF. Essa unidade escolar está localizada no Setor Residencial Leste, conhecido com Buriti III. Uma comunidade extremamente violenta e carente, não apenas financeiramente, mas culturalmente também. Serão pesquisados 06 professores, um membro da equipe diretiva e uma coordenadora.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Ao iniciar a construção deste referencial teórico, faz-se necessário compreender alguns termos com seus respectivos conceitos necessários para o entendimento desse trabalho.

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: No sentido etimológico, o termo projeto vem do latim *projectu* particípio passado do verbo *projicere*, que significa lançar para diante, plano intento, desígnio. Empresa, empreendimento. Redação provisória da lei. Plano geral de edificação (FERREIRA, 1975, p. 1144).

Ao construirmos os projetos de nossas escolas, planejamos o que temos intenção de fazer, de realizar. Lançamo-nos para diante, com base nos termos, buscando o possível (VEIGA, 1996, p. 12).

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional com um sentido explícito com um compromisso definido coletivamente, é também um projeto político por estar internamente articulado ao compromisso sócio-político com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade (VEIGA, 1966, p.13). “A dimensão política se cumpre na medida em que ela se realiza enquanto prática pedagógica” (SAVIANI, 1983, p. 93). Na dimensão pedagógica reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas” (VEIGA, 1966, p.13).

Político e pedagógico têm assim uma significação indissociável. Neste sentido é que se deve considerar o projeto político pedagógico como um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola, na busca de alternativas viáveis à efetivação de sua intencionalidade, que “é constitutiva” (MARQUES, 1990, p.23).

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ESCOLAR: Busca eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina de mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no

interior da escola, diminuindo os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão, incluindo sua relação com o contexto social imediato, procurando preservar a visão de totalidade (VEIGA, 1996, p. 14).

OBRIGAÇÃO BUROCRÁTICA - IMPOSIÇÃO DE REGULAMENTO: A burocracia nada mais é do que uma forma específica de administrar as atividades, atribuem responsabilidades, que é acompanhada de uma divisão hierárquica do poder que visa maior controle das atividades realizadas pelos membros da organização (FERREIRA, 1950, p. 193).

A obediência é o eixo principal da burocracia, que se assenta nos conceitos de poder e autoridade, estabelecendo relações virtuais (de dominação), definindo quem deve obedecer. Nada traduz melhor a concepção burocrática da organização do que os organogramas virtuais, piramidais (RBAE, jan/jun 1992, p. 14).

O projeto político-pedagógico visa a melhor qualidade de ensino oferecido pela escola, com organização do trabalho pedagógico em sua totalidade. De acordo com Veiga (1996, p. 12) “a escola é o lugar de concepção, realização e avaliação de seu projeto educativo, uma vez que necessita organizar seu trabalho pedagógico com base em seus alunos”. Nessa linha Veiga (1996, p.12) afirma que:

o projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é, construído e vivenciado em todos os momentos por todos os envolvidos com o processo educativo da escola.

É um processo contínuo que requer envolvimento de todos os segmentos da escola, bem como discussões permanentes em busca da sua efetivação. Para implantação do projeto político-pedagógico, a escola tem que buscar desenvolver sua autonomia, formar sua identidade. Como diz Ribeiro (2000, p. 72):

uma escola com uma identidade bem definida, considerando essa identidade com um núcleo bastante forte que a caracterizaria, podendo julgar melhor os projetos e tendências

pedagógicas, o que lhe daria condições para avançar sem comprometer a qualidade.

Os segmentos da organização escolar precisam ter vontade de constituir o projeto político-pedagógico, buscando referencial que fundamente a construção do mesmo. Nessa perspectiva,

temos que nos alicerçar nos pressupostos de uma teoria pedagógica crítica viável, que parta da prática social e esteja compromissada em solucionar os problemas da educação e do ensino de nossa escola [...] que subsidie o projeto político-pedagógico e a prática pedagógica deve estar ligada aos interesses da população (VEIGA, 1995, p. 15).

Cabe expor que a escola não pode funcionar de forma verticalizada, ou seja, “dirigida de cima para baixo na ótica do poder centralizador que dita as normas e exerce o controle técnico burocrático” (VEIGA, 1995, p.15) O Projeto político-pedagógico busca a totalidade do processo vivido no interior da escola. É uma ideia preciosa porque consolida a escola como o lugar central da educação, numa visão descentralizada do sistema; oferece garantia visível e sempre aperfeiçoável da qualidade esperada no processo educativo.

A proposta de elaboração do projeto político-pedagógico busca alternativas que tem como foco a revisão de procedimentos estandarizados, usuais na organização do trabalho pedagógico, permitindo a estruturação de um espaço em que o professor atue efetivamente como um profissional com condições de domínio do processo educacional.

Ao reconhecer que todo projeto pedagógico é político, busca-se esclarecer o necessário desdobramento do termo como forma de reforçar a ideia de que “[...] não se constrói um projeto sem uma direção política, um norte, um rumo” (GADOTTI, 1997, p. 34).

O projeto político-pedagógico apresenta a evolução do trabalho educacional, com base na reflexão, discussão e avaliação conjunta sobre o cotidiano escolar, aspirando que as propostas resultantes desse momento se verifiquem em objetivos traçados intencional e comprometidamente pelo conjunto de seus elementos.

Pretende-se que a escola decida coletivamente, com base na análise de sua realidade, sobre os procedimentos que viabilizem formas de comprometimento às finalidades de princípios implícitos na orientação legal de preparo do educando para que tenham uma educação de qualidade, contextualizada.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9394/96) estabelece em seu art. 2º:

A educação, dever da família e Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

No seu art. 3º, define que o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II- Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III- pluralismo de ideias e de concepção pedagógicas; IV- Respeito à liberdade e apreço à tolerância; V- Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; VI- Gratuidade de ensino público em estabelecimento oficial; VII- Valorização do profissional da educação escolar; VIII- Gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação do sistema de ensino; garantia de padrão de qualidade; valorização da experiência extra-escolar, vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

O projeto político-pedagógico está sempre em construção contínua e gradativa, por isso a necessidade da escola promover discussões críticas e criativas sobre o assunto. Está sempre em movimento, caso contrário mantém-se engavetado apenas para ser olhado pela direção quando necessário ou exigido. Veiga (1988, p.10) afirma que, “para que o projeto seja construído, é necessário que as escolas, reconhecendo sua história e a relevância de sua contribuição, façam autocrítica e busquem uma nova forma de organização do trabalho pedagógico”.

O processo de construção do projeto é dinâmico e exige esforço coletivo e comprometimento; não se resume, portanto, à elaboração de um

documento escrito por um grupo de pessoas para que se cumpra uma formalidade. É concebido solidariamente com possibilidade de sustentação e legitimação.

Veiga (1998, p. 30) relata com propriedade que: “o Projeto Político-Pedagógico é um ato deliberado dos sujeitos envolvido com o processo educativo da escola, cuja concepção demanda não só tempo, mas também estudo, reflexão e aprendizagem do trabalho coletivo”.

O Projeto Político-Pedagógico deve ser unânime em toda equipe do contexto escolar.

O processo de construção do projeto político-pedagógico é tarefa do corpo diretivo e da equipe técnica, por outro, é coresponsabilidade dos professores, dos pais, dos alunos, do pessoal técnico-administrativo e de segmentos organizados da sociedade local, contando, ainda, com a colaboração e a assessoria efetiva de profissionais ligados à educação. (VEIGA,1998, p.30).

O desafio de cada escola em construir seu próprio projeto político-pedagógico é uma questão incessante, preciosa e contem os seguintes pressupostos, de acordo com Demo (2001, p. 241) são eles:

- a) Desenha a competência principal esperada do educador e de sua atuação na escola;
- b) Consolida a escola como o lugar central da educação básica, numa visão descentralizada do sistema;
- c) Oferece garantia visível e sempre aperfeiçoável da qualidade esperada no processo educativo;
- d) Sinaliza o processo educativo com construção coletiva dos professores envolvidos.

Para o autor acima o projeto é um desafio. É necessário compreendê-lo como processo, que os resultados virão em longo prazo. Daí a importância de estabelecer condições propícias de discussão criativa e crítica em torno do assunto. O projeto pedagógico não encerra o processo, muito menos acarreta resultado final. Ao contrário, sempre reinicia a discussão, no meio termo entre envolvimento e criatividade crítica. Assim define:

Construir o Projeto Político-Pedagógico próprio é cultivá-lo como fonte de inspiração criativa e crítica, não como túmulo de ideias, autodefesa corporativista, libelo contra críticas e

divergências. Ressalta, ainda, que todo projeto deve servir como farol de mudanças, nunca como resistência obtusa. Um projeto renovador nega-se a si mesmo, se não se renovar constantemente. (DEMO, 2001, p.242)

A construção do projeto político-pedagógico é uma ação coletiva que envolve vontade de mudança, buscando uma melhor qualidade para o ensino.

A construção de um Projeto Político-Pedagógico próprio insinua menos um produto demonstrativo, do que fazer e o refazer incessante da capacidade científica dos professores, motivando-os a trabalharem coletivamente, a revisarem sempre sua formação, a buscarem atualização constante, a realizarem a escola como obra comunitária de todos, sob liderança competente do grupo de professores. (DEMO, 2001, p.247)

O projeto político-pedagógico abrange competência de todos os membros da comunidade escolar de forma coletiva. Ele busca consolidar a escola como lugar da educação básica, visando a descentralização. Deve ser discutido, elaborado e assumido coletivamente, oferecendo garantia visível e sempre aperfeiçoável da qualidade esperada no processo educativo e, sinalizar o processo educativo como construção coletiva dos segmentos envolvidos.

Algarte (1994, p. 47) ressalta com propriedade que “para que a escola assuma sua função social faz-se necessário o envolvimento participativo. É através desse envolvimento que a escola planeja suas atividades e ações, buscando uma mudança na prática escolar [...]”.

Veiga (1998, p. 30) ao elaborar uma visão sobre as perspectivas de um projeto político-pedagógico, diz que:

Que o mesmo deve desvendar possibilidade de transformação social, buscando no coletivo da escola, aquilo que pode ser modificado através de um processo reflexivo e flexível na compreensão da realidade educacional, pois projeto da escola não pode ser uma lei estabelecida pela comunidade escolar.

O projeto pedagógico deve contribuir com a escola na compreensão da dinâmica organizacional que define a sua forma de caminhar e, para isso, uma análise profunda e permanente necessita ser realizada para que possa compreender institucionalmente o verdadeiro universo de cada escola, ou seja,

conhecer individualmente as possibilidades, os limites, as necessidades e anseios que estão presentes em cada contexto escolar.

Um projeto pedagógico devidamente interiorizado pela comunidade escolar reflete sobre as ações desenvolvidas na escola, com base na realidade, ou seja, busca compreender a própria complexidade.

Na reflexão de Gadotti (1997, p. 35):

Cada escola é resultado de um processo de desenvolvimento de suas próprias contradições. Não existem duas escolas iguais. Diante disso, desaparece aquela arrogante pretensão de saber de antemão quais são os resultados do projeto para todas as escolas de um sistema educacional

Considerando a citação acima é possível perceber a singularidade que cada escola possui. E compreender que essa singularidade constitui-se em condição *sine qua non* para a construção de um projeto voltado para o coletivo da escola, deve contribuir, assim, para a superação de uma organização pedagógica excludente. Sendo assim o projeto político-pedagógico torna-se possível elemento de compreensão das contradições e dos conflitos da comunidade envolvida, apontando perspectivas pedagógicas e políticas para superação do modelo de sociedade atual.

Para Veiga (1998 *apud* FAVACHO, 2000, p. 44),

O projeto político-pedagógico como a própria organização do trabalho da escola no sentido de ser o articulador dos interesses da população majoritária e de ser a referência permanente das práticas desenvolvidas no interior das escolas e, além disso, de ser o instrumento crítico da organização do trabalho escolar, buscando avaliar o processo educativo desenvolvido na unidade de ensino.

O projeto político-pedagógico busca uma prática pedagógica, que caminha em direção à descoberta de meios específicos que possam garantir a execução desse projeto no interior da escola. O projeto pedagógico necessita ser algo que possa ser lançado e que possa romper com a estrutura rígida cuja organização da escola é montada, com o compromisso de melhorar, no futuro, o presente que vivenciamos.

Gadotti (1997, p. 37) afirma que:

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que no presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus autores e atores.

As rupturas necessárias serão realizadas dentro de um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola. O projeto pedagógico bem fundamentado deve apoiar-se nos seguintes eixos:

Apoiar-se no desenvolvimento de uma consciência crítica e cidadã; no envolvimento da comunidade interna e externa à escola; na participação e na cooperação das várias esferas do governo, na autonomia, responsabilidade e criatividade como processo e como produto do projeto. (GADOTTI, 1994 *apud* FAVACHO, 2000, p. 49).

Esses componentes acima são importantes na medida em que a escola se propõe a construir um projeto democrático, pois não basta desejar-lo é preciso unir o coletivo da escola e buscar meios e ações que democratizem o processo de sua construção e, além disso, que mantenham participativo.

O projeto político-pedagógico objetiva organizar o trabalho da escola na sua globalidade, tanto ao nível de sala de aula, levando em consideração sua relação com o contexto social imediato, também, com a organização da sociedade mais ampla. Visa, assim, uma reorganização qualitativa em todo processo vivido. As qualificações político e pedagógico não são usadas separadas, por entender que o Projeto Político-Pedagógico se articula com o compromisso social e político com a sociedade. Na dimensão pedagógica, tem o sentido de definir as ações educativas para cumprir seus propósitos e sua intencionalidade.

A construção de um projeto político-pedagógico se realiza num processo coletivo que envolve todos aqueles que fazem parte da escola. Este processo é fundamentalmente socializado, socializante e, portanto, situado histórico e culturalmente. A própria atividade educativa tem a sociabilidade como intrinsecamente constitutiva.

2.1 Projeto Político-Pedagógico: Elemento Articulador da Organização do Trabalho Pedagógico

Implementar, concretizar e avaliar um projeto político-pedagógico não é tarefa simples, nem imediata. Ao contrário, exige dedicação, compreensão a respeito das mudanças, vontade para romper com as práticas sedimentadas na ação docente.

O projeto político-pedagógico constitui-se em via possível para a modificação de uma estrutura baseada na compartimentalização e na prática individualizada que se efetiva no interior da escola, reorientando-as para uma unidade de objetivos que direcione e conduza a diversidade da ação docente.

A efetivação desse propósito orienta para a percepção de novas alternativas de organização do trabalho pedagógico, possibilitando o êxito de experiências educacionais baseadas em procedimentos cooperativos e solidários. (VEIGA, 1998, p. 78).

A construção do projeto político-pedagógico visa alternativas que tem como meta às mudanças de práticas individualizadas usadas na organização do trabalho educativo, buscando a reestruturação do espaço em que o professor trabalhe efetivamente com um profissional com vontade de domínio e direcionamento do processo em que está inserido. Assim Freitas (1995), discute a atual organização da escola capitalista e acrescenta que apesar da natureza do trabalho pedagógico se definir por trabalho não-material, devemos considerar que o trabalho material deve ser a base que sustenta a especificidade da escola. Isso que significa dizer, segundo o autor, que os métodos de ensino da escola não precisam ser necessariamente enquadrados na categoria do trabalho não-material. Contudo, admite, assim como (PARO, 1998), uma impossibilidade da subordinação real do trabalho ao capital no processo de produção pedagógica.

Os autores acima admitem a possibilidade da escola desenvolver uma organização pedagógica que contraponha o modelo de sociedade atual. Nessa mesma linha Veiga (1998, p. 79), discute:

A evolução do trabalho educacional com base na reflexão, na discussão e na avaliação coletiva sobre o cotidiano escolar, pretende-se que o resultado desse movimento seja trazido em objetivos traçado intencional e comprometidamente pelo conjunto de elementos envolvidos nesse processo.

Sendo a ação coletiva a base para a organização do trabalho pedagógico, a autora acima, propõe três eixos que podem nortear a implantação, o desenvolvimento e a manutenção de diferentes projetos pedagógicos: São eles:

“gestão, currículo e avaliação”. Portanto diz que esses eixos de organização do trabalho escolar não pretende polarizar as formas de estruturação da escola. Pretende-se com base no referencial teórico já construído, possibilitar a análise da realidade encontrada na escola em diferentes combinações, comparando-as com proposições que têm como alvo uma escola que possibilite a efetivação de propostas democráticas de ensino. (VEIGA, 1998, p. 79).

Gestão Escolar, segundo Ferreira (1999, p. 42), e na definição “formas mais amplas de organização do trabalho no interior da escola: as finalidades estrutura e relações que orientarão os procedimentos relativos à sua proposta”.

No processo de gestão são estabelecidos os procedimentos administrativos relativos à tomada de decisões, hierarquia, controle e acompanhamento do processo, e, principalmente, os mecanismos de participação da totalidade dos interessados no processo de decisão. Paro (1992, p. 33) define administração como:

a atividade mediadora para que se atinja determinados fins estabelecidos pelo homem. Coerente com esse princípio, afirma que não se pode pensar a administração abstraída dos determinantes histórico social que estabelecem sua existência concreta. A definição dos objetivos administrativos deve estabelecer a seleção dos meios em adequação à realização dos fins visados.

A organização do trabalho escolar expressa a representação de diversos interesses. Nessa visão, o planejamento participativo determina o interesse coletivo, que significa a integração de diversas práxis individuais resultando em uma práxis intencional e coletiva.

De acordo com Ferreira (1999, p. 44), optar pela implantação de um projeto pedagógico como forma de organização do trabalho escolar não expressa, necessariamente, o caráter democrático ou participativo da gestão da escola, uma vez que “a prevalência e a expansão da noção de projeto não anula, pelo contrário, a diversidade de suas acepções”.

O projeto político-pedagógico é colocado por alguns pesquisadores como desafio de uma proposta de Escola Democrática, constitui-se como uma possibilidade de domínio da organização do trabalho pedagógico a partir da reflexão, da formação e da ação dos agentes envolvidos nesta prática.

É no projeto político-pedagógico que cada escola organizará o processo educativo com vistas ao seu objetivo. Ao redimensionar a prática pedagógica docente no âmbito da sala de aula para o da escola, é necessário que cada agente de educação analise e decida coletivamente sobre vários aspectos que fazem parte do contexto escolar.

O Projeto Político-Pedagógico é constituído coletivamente e só ganha significado quando articulado com o projeto mais amplo de sociedade que se almeja e que se quer lutar.

É através da elaboração conjunta desse projeto, a partir de objetivos comuns estabelecidos, examinados, definidos e incorporados pela coletividade docente que se irá nortear e dirigir o trabalho pedagógico-administrativo da escola, desde a sua organização e definição de funções até a especificação dos conteúdos científicos, técnicos e éticos, bem como das práticas pedagógicas necessárias ao atingimento dos objetivos. (RBPAE, 1998, p. 138).

O projeto é a meta, mas torna-se concreto e gerador de movimento quando transposto para compreensão das pessoas e por elas assumido. A escola deve preparar os alunos para construir o seu mundo através das ações, produzindo mentalmente que deseja realizar, transformando o meio, criando cultura.

Desta forma através do projeto pedagógico em ação, deverão ser formadas as personalidades dos alunos e fortalecido cada um dos membros da escola a fim de que, conscientes dos objetivos a serem trabalhados, seu significado e os valores que o sustentam, possam reavaliar, na própria prática, as suas vidas e as prioridades. Reside aí, nesse processo de educação

e de gestão, o grande significado e o valor da construção coletiva humana de um projeto pedagógico verdadeiramente formado. (RBPAAE, 1998, p. 138).

A organização do trabalho pedagógico tem que ser visto em sua amplitude no contexto educacional, indo além da sala de aula e da própria escola. Freitas (1995) entende a organização do trabalho pedagógico em dois níveis: a) como trabalho que se desenvolve na sala de aula; b) como organização global do trabalho pedagógico da escola; c) como projeto político-pedagógico.

Na mesma linha de pensamento Veiga (1998, p. 13), expõe a respeito da organização do trabalho. Ela afirma que:

O projeto pedagógico ao se constituir em processo participativo de decisões preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que desvele os conflitos e contradições, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando pessoal e racionalizado da burocracia e permitindo as relações horizontais no interior da escola.

O trabalho pedagógico desenvolvido na escola deve ser redimensionado na perspectiva de se tornar mais um aliado contra a organização excludente da escola, a qual funciona sobre critérios da classe governamental. Por isso, deve-se questionar sobre o sentido do trabalho pedagógico desenvolvido pelos segmentos do interior da escola.

A organização do trabalho na escola tem que produzir novos olhares e críticas em busca de um fazer educativo mais consistente e horizontal, alterando significativamente as relações hierárquicas que prevalecem no interior da escola.

A escola que busca um projeto político-pedagógico autêntico anseia que os órgãos superiores contribuam para a transformação da escola, pois, assim estará formando dentro do ambiente escolar uma convivência transparente e sólida, que refletirá no aluno.

Uma visão a respeito da organização do trabalho escolar está centrado na participação e vontade dos atores envolvidos em sua construção, efetivando, assim, o trabalho pedagógico da escola.

O projeto político-pedagógico é único e singular dentro da escola, ou seja, é o resultado das condições de cada escola, é o impulso da ação coletiva. Diante do exposto, é possível considerar que o projeto pedagógico é norteador das ações desencadeadas no interior da escola que busca instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico. Então o projeto pedagógico é uma diretriz que causa interferências no processo pedagógico.

2.2 Projeto Político-Pedagógico: obrigação ou realização educacional?

Pensar em um projeto de educação implica pensar o tipo e a qualidade de escola, a concepção de homem e de sociedade que se pretende construir.

Ultimamente observa-se uma busca por parte das escolas e sistemas educacionais, visando a construção dos seus projetos políticos-pedagógicos. As discussões vão desde a importância de um projeto para escola até mesmo a corrida pela execução da antiga pedagogia de projetos, mas só agora descoberta por algumas autoridades da educação, que a todo custo, mais uma vez tentam às pressas implantá-la.

Segundo (REIS, 2001), já estamos cansados de compreender que as mudanças na educação dependem fundamentalmente de vontade política, no que diz respeito a encará-la como prioridade nacional, não enquanto lema, mas praticamente e da vontade de empenho dos professores, que são de fato responsáveis para no dia-a-dia tornar em prática dos projetos e concepção de educação que sempre foi idealizado por alguns e não por eles, o que contribui para que tenhamos tantas propostas interessantes no papel, mas que no fazer pedagógico se mantém a uma distância enorme do idealizado.

As nossas escolas, num sentido amplo e os dirigentes políticos, poucos se preocupavam com a obrigação de um projeto político-pedagógico na escola antecede a qualquer decisão política ou exigência legal, já que enquanto

educadores e enquanto membros da instituição escola devemos ter claro a que horizonte pretendemos chegar com os alunos, com a comunidade e com a sociedade, caso contrário não estaremos exercendo nosso papel de educadores, mas simplesmente de “aventureiro”, que não sabe onde quer chegar.

Como na educação a exigência é uma constante, principalmente por parte daqueles que na verdade ficam esperando um pacote pronto de técnicas e métodos de ensino, em vez de buscarem desenvolver a criatividade e na prática irem recriando a sua própria prática pedagógica, questiono: será mais uma exigência? Será apenas mais uma corrida para que cumpramos as exigências legais? Será que cada escola vai assumir ou ter apenas um projeto escrito? Ou continuaremos com as mesmas e velhas práticas autoritárias e alienantes dos nossos alunos e no dia seguinte com o peito aberto sairemos profetizando a mudança, pregando a demagogia e falando de formação para cidadania e para o viver da democracia? (REIS, 2001, p. 63)

Claramente as mudanças na educação acontecem de cima para baixo. Se a escola é fruto da sociedade, é consequência dos saberes construídos socialmente, culturalmente, subjetivamente pelas pessoas que estão fora e dentro da escola, como podemos pensar em mudanças a partir daqueles que não estão diretamente ligados a esta realidade. Alunos, professores, comunidades, não podem figurar apenas nos papéis e nas propostas, devem fazer parte do sistema de reformulação do pensar a educação e escola.

Sendo assim, a mola principal das mudanças, é a postura e crença do educador num repensar a educação e assumir o papel de educador. O projeto político-pedagógico passa a ser visto como uma alternativa de reconhecimento da própria escola em relação aos seus limites, avanços, dificuldades, obstáculos e potencialidades engrenados no seu cotidiano.

Depreende-se, pois, que a escola está em busca de uma autonomia que possa colocá-la em uma outra situação no panorama educacional e social, compreendendo em maior profundidade a sociedade em que vive, o modo de produção e o próprio sentido da transformação social. Enquanto existir os contraditórios objetivos da sociedade capitalista determinando o fazer da escola, esta por sua vez, necessita repensar o projeto político-pedagógico.

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A pesquisa tem por objetivo levantar dados na prática escolar, que possibilitem uma análise da realidade, no tocante ao Projeto Político-Pedagógico na Organização do Trabalho Escolar: uma realização educacional ou exigência burocrática.

A pesquisa desenvolveu-se na Escola Classe 14 de Planaltina-DF, devido à inserção da pesquisadora nessa unidade de ensino há 23 anos.

O instrumento usado para a pesquisa de campo foi o questionário, cujos dados foram tabulados e analisados. Os questionários foram aplicados a 06(seis) professores, a 01 integrante da equipe diretiva da escola e 01(uma) coordenadora.

O Projeto Político-Pedagógico da Escola Classe 14, traz em linhas gerais o que é ter uma gestão democrática e faz sucintamente uma apresentação do PPP na escola, bem como as finalidades do mesmo.

A Escola Classe 14 de Planaltina baseada nos parâmetros legais terá como missão o compromisso de promover uma educação com garantia de padrão de qualidade, através de uma prática educativa, consciente e libertadora onde levará o educando a uma transformação da realidade e do meio em que vive para construção de uma sociedade mais livre e justa. (DISTRITO FEDERAL, 2014a, p.16)

Durante a análise constatou-se que a Escola Classe 14, não tem um regimento interno sólido. Já em relação a parte pedagógica o PPP, vislumbra que a escola tem que desenvolver um trabalho coletivo, procurando trazer para dentro do contexto escolar práticas pedagógicas consistentes que favoreçam aprendizagens significativas.

A integração interpessoal harmônica permite que o grupo de profissionais também revitalize a dimensão comunitária, o sentimento de pertencimento ao grupo de trabalho e, sobretudo, sintam-se mais competente, confiante e autônomo para manter a contextualização, a integração e a interdisciplinaridade das atividades pedagógicas necessárias... (DISTRITO FEDERAL, 2014a, p.18)

O PPP elenca as funções de cada segmento da comunidade escolar:

- Direção: gerenciar os recursos financeiros, bem como a parte administrativa. Estabelecer relações de diálogo no contexto escolar e articular o desenvolvimento dos projetos pedagógicos da escola.
- O coordenador pedagógico: manter o diálogo entre equipe gestora e professores, acompanhar, também, os projetos pedagógicos desenvolvidos na escola.
- O docente: formar cidadãos críticos. Promover uma aprendizagem contextualizada, buscando o desenvolvimento pleno do aluno.
- A comunidade escolar deve acompanhar o desenvolvimento do aluno, participando da sua vida escolar.

Durante a análise documental ficou evidenciado que a prática está muito distante da teoria, mas a escola tem procurado mesmo lentamente desenvolver sua função educativa, embora o PPP da escola não seja de conhecimento de todos e, em sua grande maioria prevalece apenas como um documento exigido pelas instâncias superiores, ou seja, apenas como uma obrigação burocrática e que não é estudado e revisado durante as ações coletivas.

Ao analisar os resultados obtidos por meio dos questionários aplicados na Escola Classe 14, foi possível perceber que o Projeto Político-Pedagógico na Organização do Trabalho Escolar: Realização Educacional ou Obrigação Burocrática está prejudicado, pois a equipe de direção, professores e coordenadores encontram-se desestruturados. As equipes que responderam o questionário enfatizam quase que unanimemente que na escola não existe projeto político-pedagógico. Gadotti (1997, p. 34) ressalta que não se constrói um projeto sem uma direção política, um norte, um rumo.

A equipe diretiva da escola trabalha junta há mais de cinco anos aproximadamente, mas encontra-se desarticulada, fragmentada, ou seja, desintegrada dentro do ambiente interno da escola, ou seja, o trabalho

pedagógico, segundo a pesquisa permanece individualizado, onde não há participação efetiva dos segmentos internos da escola no desenvolvimento do trabalho escolar.

Ainda refletindo sobre o trabalho pedagógico, observou-se que mais de 60% acredita que esse trabalho escolar é unicamente tarefa da direção e coordenadores, entretanto, mesmo a direção promovendo momentos de discussão sobre a importância do projeto político-pedagógico na escola, na prática em sala de aula não acontece a congruência entre teoria e prática. Algarte (1994, p.47) nos diz que: “para que a escola assuma sua função social faz-se necessário o envolvimento participativo. É através desse envolvimento que a escola planeja suas atividades e ações, buscando uma mudança na prática escolar”.

Considerando-se os dados obtidos na pesquisa, é possível inferir que a escola em estudo não possui um projeto político-pedagógico enquanto “realização educacional”. Diante do exposto pôde ser analisado que não há constante preocupação em instaurar uma nova forma de trabalho pedagógico na organização escolar. Cerca de 50% dos questionados não consideram o projeto político-pedagógico como diretriz geradora do processo pedagógico, incentivando, assim, a fragmentação da organização do trabalho pedagógico.

Como não há uma vontade efetiva em implantar verdadeiramente o projeto político-pedagógico, não surge no interior da escola novas relações, novos diálogos para o cotidiano da escola. E quando acontece uma forma de diálogo, ou seja, ação coletiva, geralmente ocorre de maneira conflituosa. Veiga (1998 p.30) deixa claro que “as relações no contexto interno da escola são extremamente importantes, pois elas darão à escola a possibilidade de identificar os seus principais interlocutores”.

Na análise da pesquisa, observou-se colocações quanto a “implantação do projeto político-pedagógico de forma democrática”, mas o que ocorre na prática escolar são as normas burocráticas, verticalizadas, que impedem os membros da escola de participarem da sua efetivação. Não há uma dedicação à construção, elaboração, implantação e avaliação do projeto

político-pedagógico. Ainda não conquistaram espaços coletivos de reflexão, esse espaço ocorre de forma sedimentada.

De acordo com a pesquisa, observo que os professores ainda encontram-se perdidos quanto a construção coletiva do PPP, demonstram muita dificuldade em realizar discussões em torno do assunto. Com todos esses entraves ressalto que o fazer pedagógico, só nascerá no contexto escolar quando todos segmentos internos unirem em busca de uma mudança de paradigma dentro da escola que tenha como meta o desenvolvimento pleno do aluno.

Conclui-se, então, que a implantação do projeto político pedagógico na organização Escolar da Escola Classe 14, encontra-se distante de tornar-se realização educacional. Perdura nesse contexto escolar forma verticalizada, sedimentada e individualizada de conduzir o trabalho escolar, tornando o projeto político-pedagógico meramente burocrático e de conhecimento de poucos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou identificar o Projeto Político-Pedagógico na Organização do Trabalho Escolar: uma realização Educacional ou obrigação burocrática com base no marco teórico de estudo.

A escola foi escolhida intencionalmente pelo fato da pesquisadora fazer parte integrante do contexto.

O foco da pesquisa era identificar o projeto político-pedagógico como realização educacional ou obrigação burocrática das instâncias superiores do sistema educacional, bem como perceber se o referido projeto estava efetivado coletivamente ou mantinha-se engavetado ou se ainda, se encontrava em fase de construção.

O projeto político-pedagógico na perspectiva da “realização educacional” busca a possibilidade de uma prática reflexiva, colocando-se como mediação entre as limitações que a realidade oferece e permite ver como os sujeitos envolvidos no contexto escolar passam a realizar suas ações para alcançar de fato os seus objetivos.

Na Unidade de Ensino pesquisada não fica evidenciado a vontade de construir uma identidade própria para a escola com base em seus problemas, na sua realidade, buscando possíveis alternativas para melhorar a qualidade do ensino-aprendizagem.

Nessa visão o projeto político-pedagógico assume um caráter instrumental, ou seja, elabora-se uma proposta de trabalho para cumprir a própria legislação e as determinações dela oriundas.

Por esta razão, não se deve entender o projeto político-pedagógico apenas como instrumento técnico a ser utilizado pela escola, mas como instrumento político de luta e de democratização das relações de poder e das práticas instituídas no interior do espaço escolar.

Constatou-se que a elaboração do projeto político-pedagógico permanece distante daqueles que executam o trabalho pedagógico, em consequência não resultando na discussão coletiva sobre as reais

necessidades e expectativas da escola. Apesar de atender a legislação, tende a reafirmar práticas pedagógicas fragmentadas, mantendo as barreiras que distanciam da organização necessária para a melhoria da qualidade do ensino.

Há uma grande conscientização por parte dos professores, direção e coordenadora quanto aos avanços que o projeto político-pedagógico pode trazer para o interior da escola, tais como, o crescimento da ação coletiva, a criação da identidade da escola e em maior ênfase estará reafirmando o perfil inovador do trabalho pedagógico coletivo.

O projeto político-pedagógico é uma criação coletiva, formulada através de objetivos comuns traçados no interior da escola, já colocado por alguns professores que é um referencial de orientação do trabalho efetivado no interior da escola, e, acrescentam, que é obra inacabada devendo ser recriada e reconstruída por seus autores.

Nessa linha, a organização da escola, superando a distribuição linear do trabalho pedagógico, solicita a interação dos seus membros e dos diferentes níveis de atuação que viabilizam a consecução do ato educativo. Esse processo educativo indica a necessidade de um trabalho de constante retomada no projeto, no sentido do seu esclarecimento, aprofundamento e aperfeiçoamento.

O projeto político-pedagógico não pode permanecer apenas no discurso, apenas para mascarar a prática pedagógica, dando continuidade a ideologia conservadora, que não permite a mudança e não aceita a participação. A comunidade escolar precisa buscar uma nova prática educativa que vise, através da prática dialética entre teoria e prática a transformação do contexto escolar, que tem como principal desafio o desenvolvimento pleno do aluno.

A construção do projeto político-pedagógico necessita ser integrado entre todos os segmentos da escola, professores, alunos, pais, funcionários e direção, tendo como meta a qualidade do ensino. É através do trabalho coletivo, da organização que o projeto político-pedagógico poderá ser construído num contexto de sujeitos que buscam por uma escola produtiva e transformada. Assim diz (GADOTTI, 1993 p.43), “a escola é muito mais do que

um mero processo de ensino. A escola é o espaço privilegiado de totalidade do desenvolvimento humano, ela é o espaço da socialização”.

O projeto político-pedagógico deve centrar-se na integração dos indivíduos que fazem parte da comunidade escolar, procurando desenvolver uma autonomia sobre benefícios que podem favorecer a escola como um todo.

O segmento interno da escola precisa estar comprometido com a implantação do projeto político-pedagógico, pois é a partir da realização do mesmo que poderão rejeitar a questão da burocracia e o poder técnico que se instaura no interior da escola.

Em contrapartida a questão da burocracia na escola, o projeto político-pedagógico bem estruturado e fundamentado propõe uma educação crítica, participativa, autônoma, enraizada pela melhoria da qualidade de ensino e de condições de trabalho.

Concluindo, existem inúmeras fragilidades no interior do PPP, ilustrando as incertezas de um processo que está em andamento, que propõe um discurso democrático, que busca a participação de toda comunidade escolar e que pode vir a ser fundamental para contribuir com o processo de ensino-aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ALGARTE, Roberto A. **“Escola e Desenvolvimento Humano: da Capacitação Política à Consciência Crítica”**. Brasília-DF, Ed. Livre, 1994.

BRASIL, Ministério de Educação e do Desporto. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: MEC, 1996.

DISTRITO FEDERAL. Governo do Distrito Federal- Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Projeto Político-pedagógico da Escola Classe 14 de Planaltina. Brasília, 2014e, 160p.

FAVACHO, André Márcio Picanço. **“Construção de um Projeto Político-Pedagógico: Reflexões sobre um Caso em Amapá”**. Dissertação de Mestrado. FE-UnB . Agosto, 2000.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. **“Gestão da Educação e Formação: Notas para um Projeto Pedagógico”**. In. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação. V. 14, n. 1, p. 131-140, jan/jun. 1998.

FERREIRA, Maria Eveline Pinheiro Queiroz. **“ O Projeto Político-Pedagógico e a Organização do Trabalho da Escola”**. Dissertação de Mestrado, FE-UnB, julho, 1999

FREITAS, Luis C. **“Crítica da Organização do Trabalho Pedagógico e da Didática”**. 3ª Ed. Campinas –SP. Papyrus, 1995.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei 9394/96

LUDKE, M. e ANDRÉ, Marli E.D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

Projeto Político-Pedagógico da Escola Classe 14 de Planaltina-DF

SALVIANI, Demerval. **“Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações”**, 3ª Ed. São Paulo-SP, Cortez: Autores Associados, 1992.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org). **“Escola: Espaço do Projeto Político-Pedagógico”**. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

_____. **“Projeto Político-Pedagógico da Escola: Uma Construção Possível”**. 2ª Ed. Campinas, SP, Papyrus, 1995.

_____. **“Escola, Currículo e Ensino”**. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (coord). **“Escola Fundamental Currículo e Ensino”**. São Paulo, Papyrus, 1991.

APÊNDICE 1

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Quanto à construção do Projeto Político Pedagógico da escola.

30% consideram que está iniciando.

10% consideram que está em processo de elaboração

60% consideram que não existe.

Quanto à visão da comunidade interna da escola no tocante a Implantação do Projeto Político Pedagógico.

100% responderam que a comunidade interna da escola deve ter uma visão democrática

Quanto ao trabalho pedagógico, a ação coletiva.

20% consideram que o trabalho pedagógico é comprometido e incentivador de propostas que buscam a qualidade do ensino.

40% responderam que preferem ficar alheios às propostas e dificilmente participa dos momentos de planejamento.

40% marcaram que o trabalho pedagógico é tarefa única da direção e coordenadores.

Quanto ao significado do Projeto Político Pedagógico.

80% afirmaram que é uma realização coletiva, embora são inúmeros os impedimentos que dificultam sua efetivação.

20% consideram que é uma obrigação burocrática que o órgão superior exige e não dá suporte para consolidação.

Quanto à realização do trabalho pedagógico da escola

60% consideram que o trabalho pedagógico não é realizado em equipe.

30% consideram que o trabalho pedagógico é realizado em equipe.

10% consideram que muito esporadicamente o trabalho pedagógico é realizado em equipe.

Quanto à implantação do Projeto Político Pedagógico e de que forma ocorreu.

65% consideram que o Projeto ainda não foi implantado

05% diz que já foi implantado e de forma autoritária, verticalizada

30% dizem que está em fase de elaboração

Quanto à participação da comunidade interna da escola no processo pedagógico

30% afirmaram que a participação no processo pedagógico ocorre de forma espontânea e efetiva

05% afirmaram que não existe participação da comunidade interna no processo pedagógico da escola.

65% afirmaram que a participação da comunidade interna da escola no processo pedagógico ocorre de maneira formal

Quanto à interferência do Projeto Político Pedagógico na prática pedagógica em sala de aula.

40% responderam que o Projeto Político Pedagógico interfere de forma positiva na prática pedagógica em sala de aula.

50% responderam que o Projeto Político Pedagógico não interfere na prática pedagógica em sala de aula.

10% responderam que às vezes o Projeto Político Pedagógico interfere na prática pedagógica em sala de aula.

Quanto ao estímulo que o Projeto Político oferece para a qualidade do ensino na escola.

25% consideram que o Projeto Político Pedagógico estimula a melhoria da qualidade do ensino oferecido pela escola.

20% responderam que às vezes o Projeto Político Pedagógico estimula a qualidade do ensino oferecido pela escola.

55% consideram que o Projeto Político Pedagógico não estimula a qualidade de ensino oferecido pela escola.

Quanto aos momentos que a escola tem oferecido para discussões em torno do fazer pedagógico.

35% consideram que a direção da escola oferece momentos para discussões a cerca do fazer pedagógico.

40% responderam que às vezes a direção da escola oferece momentos de discussões a cerca do fazer pedagógico.

25% consideram que a direção da escola não tem oferecido momentos de discussões a cerca do fazer pedagógico.

Quanto a atuação dos profissionais na elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola.

20% assinalaram que tiveram atuação na elaboração do Projeto Político Pedagógico.

60% assinalaram que não tiveram atuação a elaboração do Projeto Político Pedagógico.

20% assinalaram que às vezes, somente quando eram obrigados a participarem da elaboração do Projeto Político Pedagógico.

Quanto ao processo de reflexão constante a cerca do Projeto Político Pedagógico.

90% responderam que não há momentos de reflexão constante a cerca do Projeto Político Pedagógico.

10% responderam que às vezes há momentos de reflexão a cerca do Projeto Político Pedagógico.

Quanto aos entraves que dificulta à efetivação do Projeto Político Pedagógico na Organização do Trabalho Escolar.

Foram mencionados por ordem de prioridades os seguintes entraves:

Centralização administrativo-burocrático;
Precariedade de recursos financeiros;
Falta de comprometimento docente;
Falta de autonomia da escola;
Resistência à participação;
Falta de espaço coletivo para estudos;
Falta de recursos humanos.

QUESTIONÁRIO DESTINADO À EQUIPE DE DIREÇÃO, PROFESSORES E COORDENADORA DA ESCOLA CLASSE 14 DE PLANALTINA-DF

É com muito prazer que lhe convido para responder esse questionário que faz parte da monografia para término do curso de Especialista em Educação, com o tema : **Projeto Político Pedagógico na Organização do Trabalho Escolar: Realização Educacional ou Obrigação Burocrática.**

- 1) Qual o seu nível de escolaridade?
 superior incompleto
 superior completo
 especialização
 mestrado

- 2) Você considera que, nesta escola, o Projeto Político Pedagógico:
 esta iniciando
 está em processo de elaboração
 está consolidado
 não existe

- 3) Na sua opinião para que seja construído o Projeto Político Pedagógico a comunidade interna da escola tem que ter uma visão:
 autoritária democrática

- 4) Quanto ao trabalho pedagógico, a ação coletiva:
 é comprometida e incentivador de propostas que visem à qualidade do ensino;
 fica alheio às propostas e dificilmente participa dos momentos de planejamento;
 considera que o trabalho pedagógico é tarefa única da direção e coordenadores

- 5) Para você o Projeto Político Pedagógico é uma:
 realização coletiva obrigação burocrática

Justifique sua resposta:

-

- 6) O trabalho pedagógico é realizado em equipe?
 sim não às vezes

- 7) Na elaboração do Projeto Político Pedagógico houve participação?

- de todos segmentos da escola;
- apenas de alguns segmentos da escola;
- somente a direção elaborou o Projeto Político Pedagógico
- Não houve elaboração do Projeto Político Pedagógico

8) O Projeto Político Pedagógico já foi implantado na escola? De que forma?

- sim, democrática
- sim, autoritária
- está em fase de elaboração
- ainda não foi implantado

9) O Projeto Político Pedagógico é necessário para a organização do trabalho pedagógico?

- sim não às vezes

Justifique sua resposta

10) O Projeto Político Pedagógico interfere na sua prática pedagógica em sala de aula?

- sim não às vezes

Justifique sua resposta

11) O Projeto Político Pedagógico estimula a melhoria da qualidade do ensino oferecido pela escola?

- sim não às vezes

Justifique sua resposta

12) A equipe diretiva da escola tem propiciado momentos que permitam aprender, a pensar e a realizar o fazer pedagógico?

- sim não às vezes

Justifique sua resposta

13) Você participou da elaboração do Projeto Político Pedagógico da sua escola?

sim não

Justifique sua resposta

14) Para você a comunidade interna da escola está comprometida com a construção e implementação do Projeto Político Pedagógico em sua totalidade?

sim não às vezes

Justifique sua resposta

15) O p Político Pedagógico de sua escola é concebido como um processo permanente de reflexão?

sim não às vezes

Justifique sua resposta

16) Descreva alguns entraves que dificultam à efetivação do Projeto Político Pedagógico na organização do trabalho escolar.

Antecipadamente, agradeço por sua imensa colaboração quanto a este trabalho.

